

Congresso vota hoje decretos polêmicos

O Congresso Nacional realiza hoje às 9h30 sua primeira sessão ordinária depois do término dos trabalhos constituintes. Caso haja quorum, 28 decretos-leis que tramitam na Casa em regime de urgência poderão ser votados pelos parlamentares. Entre eles estão assuntos polêmicos como a extinção do Incra, o congelamento da URP, a instituição do Trileão e o aumento de adicional ao frete para a renovação da Marinha Mercante. Até ontem, por volta das 21 horas, não havia qualquer entendimento entre as lideranças partidárias sobre o destino destas matérias. Uma nova tentativa de acordo, provavelmente será retomada hoje mesmo antes do início da sessão.

Segundo Vicente Bogo, líder indicado pelo PSDB para acompanhar as negociações, a única possibilidade de a Casa vir a deliberar sobre qualquer assunto é pela

via do acordo das lideranças, "caso contrário, vamos obstruir a sessão pedindo verificação de quorum". Para o líder dos tucanos, além da leitura do orçamento da União e de mais sete dos 23 decretos-leis que aguardam esse encaminhamento, nada está acertado para a sessão de hoje.

Bogo, que pretende permanecer em Brasília acompanhando o desenrolar dos rumos dos decretos-leis, baixados até o último dia 03 de setembro último, pediu ontem na sessão da Câmara dos Deputados, uma especial atenção para o Decreto-Lei nº 2.363, que extingue o Incra, lembrando que sua rejeição poderá vir a beneficiar os atuais rumos da reforma agrária pretendida pelo Governo, uma vez que perderão eficácia as determinações dele decorrentes, ou seja, a fixação do limite de hectares para a desapropriação.

28 matérias esperam decisão

O destino dos decretos-leis que instituíram o trileão, extinguiu o Incra e congelou a URP dos servidores públicos, pode ser decidido hoje, quando o Congresso Nacional se reúne para examinar as matérias. São 28 os decretos-leis que deverão entrar na ordem do dia da sessão de hoje. A relação dos decretos-leis que tramitam em regime de urgência é a seguinte, por ordem de votação:

— Decreto-lei nº 2.345 de 23.07.87, que versa sobre doença profissional e pensão especial (7ª sessão).

— Decreto-lei nº 2.348, que altera o Decreto-lei nº 2.300 de 21.11.86, e que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal (7ª sessão).

— Decreto-lei nº 2.360 de 16.09.87, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal (7ª sessão).

— Decreto-lei nº 2.349 de 29.07.87, que dispõe sobre limite para a cobertura pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais — FCVS. (7ª sessão).

— Decreto-lei nº 2.353, de 11.08.87, que trata do arrendamento mercantil (7ª sessão).

— Decreto-lei nº 2.354 de 24.08.87, que altera a legislação do imposto de renda (7ª sessão).

— Decreto-lei nº 2.395 de 21.12.87, que autoriza o Poder Executivo a instituir mecanismo de garantia para depósitos e aplicação em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central (7ª sessão).

— Decreto-lei nº 2.396 de 21.12.87, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas (7ª sessão).

— Decreto-lei nº 2.398 de 21.12.87, que dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União.

— Decreto-lei nº 2.399 de 21.12.87, que dispõe sobre a transferência das ações representativas do capital da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (7ª sessão).

— Decreto-lei nº 2.400, de 21.12.87, que dispõe sobre a transferência das ações representativas da participação federal nas entidades vinculadas ao Sistema Nacional das Centrais de Abastecimento (7ª sessão).

— Decreto-lei nº 2.363, de 21.10.87, que extingue o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca) e cria o Instituto Jurídico das Terras Rurais (Inter) 7ª sessão.

— Decreto-lei nº 2.369, de 11.11.87, que altera o decreto-lei relativo aos projetos de irrigação

da Sudene (7ª sessão).

— Decreto-lei nº 2.375 de 24.11.87, que dispõe sobre terras públicas.

— Decreto-lei nº 2.376 de 25.11.87, que dispõe sobre a dívida mobiliária interna da União (7ª sessão).

— Decreto-lei nº 2.403, de 21.12.87, que fixa diretrizes do Sistema de Carreira do Serviço Civil da União e dos Territórios Federais.

— Decreto-lei nº 2.404, de 23.12.87, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e o Fundo da Marinha Mercante.

— Decreto-lei nº 2.414 de 12.02.88, que altera o Decreto nº 2.404 e dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante e ac Fundo da Marinha Mercante (4ª sessão).

— Decreto-lei nº 2.406 de 05.01.88, que transfere a gestão do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), do Banco Central do Brasil para o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente.

— Decreto-lei nº 2.407 de 05.01.88, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Títulos de Valores Mobiliários (IOF) nas operações de financiamentos relativos à habitação.

— Decreto-lei nº 2.413, de 10.02.88, que altera a legislação do imposto de renda (4ª sessão).

— Decreto-lei nº 2.417, de 26.02.88, que dispõe sobre as operações de repasse de recursos de fomento do Tesouro Nacional para instituições financeiras.

— Decreto-lei nº 2.419, de 10.03.88, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e do imposto de renda na fonte (trileão).

— Decreto-lei nº 2.422 de 30.03.88, que dispõe sobre o prazo para a inscrição de ocupação de imóveis da União.

— Decreto-lei nº 2.423, de 07.04.88, que estabelece critérios para o pagamento de gratificações e vantagens pecuniárias aos titulares de cargos e empregos da Administração Federal direta e autárquica.

— Decreto-lei nº 2.425, de 07.04.88, que dispõe sobre critérios de reajuste de vencimentos e salários do pessoal (congelamento da URP).

Decreto-lei nº 2.427 de 08.04.88 sobre a transferência de ações das CEASAs.

— Decreto-lei nº 2.429, de 14.04.88, que altera a legislação do imposto de renda.